

MPT da 15ª Região cria núcleo para buscar acordos em conflitos trabalhistas

Edmarcio A. Monteiro
Manaf Alves Filho
edmarcio.augusto@cp.com.br

O Ministério Público do Trabalho (MPT) da 15ª Região, sediado em Campinas e responsável por 599 municípios paulistas, implementou um Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (Nupia) visando promover a conciliação em conflitos trabalhistas.

O Nupia é composto por 20 procuradores devidamente capacitados para atuar na busca pela conciliação em uma variedade de situações, abrangendo desde questões salariais, demissões em massa, até greves e denúncias individuais ou coletivas contra empresas.

Este é um dos temas abordados pelos novos procuradores-chefe de órgão. Alvanari Casillo Tebet, e vice-procurador-chefe, Ronaldo José Lira, durante uma entrevista concedida a convite do presidente-executivo do Correio Popular, Ítalo Hamilton Barioni.

A senhora é formada em Sorocaba. É natural de lá?

Alvanari Tebet - Eu sou natural de Sorocaba, me formei lá em 1991. Depois disso, já comecei a estudar para concurso, passei como analista judiciário execução de mandados, que é o oficial de Justiça no TRT da 15ª (Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região). Fiquei dois anos trabalhando em Jundiaí, onde morei há mais de 25 anos. Fui para a Vara do Trabalho da cidade dois anos, de 1999 a 2001, quando ingressei no Ministério Público do Trabalho. Foi para Rondônia, onde fiquei apenas quatro meses. De lá fui para o Mato Grosso em remoção, onde fiquei por dois anos. Depois já vim para Campinas, onde estou há 20 anos.

O Direito é uma tradição de família? Alvanari Tebet - Meu pai era advogado e a referência foi ele, com toda certeza. Chegava a trabalhar com ele, a advogar algum tempo com ele em Sorocaba. Quando fui para Jundiaí, comecei a prestar concurso e passei para o Ministério Público do Trabalho e depois entrei para o Ministério Público, onde a atuação me fez feliz. O Ministério Público lhe dá a possibilidade de fazer o trabalho da área trabalhista e depois entrei para o Ministério Público, onde a atuação me fez feliz. O Ministério Público lhe dá a possibilidade de fazer o trabalho da área trabalhista e depois entrei para o Ministério Público, onde a atuação me fez feliz.

O pessoal de Economia, da área do trabalho da Unicamp, já falava há 15 anos da precarização das condições de trabalho e hoje chegamos a esse estágio. Tem até a pesquisa recente feita em parceria com o IBGE envolvendo os motoristas e motociclistas de aplicativos, da qual o Ministério Público do Trabalho participou. A relação de trabalho ficou mais complexa nos últimos anos?

Ronaldo Lira - Eu acho que o mundo está vivendo uma inovação, as relações de trabalho mudam de forma muito rápida, principalmente com a chegada da informática, do surgimento das plataformas. Teve uma grande mudança nesse sentido e há uma polêmica muito grande com uma norma que existe há mais de 30 anos, que é a CLT (Consolidação da Lei do Trabalho), com as novas formas de trabalho. Hoje, no Parlamento, há muitos projetos de lei para regulamentar muita coisa. O fato é que nós estamos nesse hiato: nós vamos aplicar a CLT para tudo que existe ainda hoje ou vamos ter uma legislação nova. Nós estamos vivendo um momento de transição que acho que alguma coisa vai acontecer, porque, de fato, são coisas que não imaginávamos 20 anos atrás. Hoje, há sim essa precarização que mencionou, mas muita coisa tem sido revolta. Por exemplo, ninguém fala de trabalho escravo 20 anos atrás. Eu estou em Campinas há 25 anos e comecei a falar de trabalho escravo nos dois últimos decênios. Nos últimos cinco anos houve uma explosão de casos principalmente do trabalho escravo doméstico, de pessoas idosas. Isso é fruto de um novo comportamento da sociedade que não aceita mais essa situação como favor. Antigamente, se fizesse que aquela menina veio de longe e foi para a casa como alguém da família, mas não é. Hoje nós temos mais ferramentas de investigação e conseguimos apurar a atuação.

Uma decorrência desse trabalho é que esses conceitos também ficaram mais claros para a sociedade de uma maneira em geral.

Ronaldo Lira - Exatamente, porque nós não tínhamos denúncia de trabalho escravo porque as



Sede do Ministério Público do Trabalho (MPT) da 15ª Região, que abrange uma extensa área do território paulista, formada por 599 municípios.

ENTREVISTA

MPT 15 inova com núcleo para acordos trabalhistas

O principal objetivo é evitar a necessidade de instaurar ações judiciais



Procuradora-chefe Alvanari Casillo Tebet em visita à sede do Correio Popular

personas não rotulavam dessa forma aquela senhora que está há 50 anos naquela casa, que mora no apartamento, que nunca casou, nunca estudou, mas que, em tese, é mãe da família, mas não é. Esses novos conceitos nós estamos trazendo à tona porque a gente faz o enquadramento jurídico como uma forma de violência e exploração.

A crise econômica que o país atravessa, principalmente desde 2013, resultou no aumento no número de desempregados, o que levou muita gente a atuar em plataformas e aplicativos como a única forma de ter alguma renda. Muitas pessoas entendem essa atuação também como uma exploração, porque a pessoa não tem direito nem um e tem que se sujeitar as normas da empresa. Como o senhor vê esse tipo de relação?

Ronaldo Lira - A gente perdeu recentemente o sociólogo Domenico De Masi, que falava que há desenvolvimento sem trabalho. Ele falava que se todo mundo tirar o dinheiro das indústrias e prestação de serviço e for para o mercado de capi-

tais como é que a gente vai viver. Essas novas formas de trabalho se desenvolvem muitas vezes com as pessoas querendo prestar um serviço para alguma coisa sem ter empregados. Isso é uma coisa que quebra um ciclo: como é que vai ter um produto sem ter empregado se precisa de mão de obra. Isso é uma grande análise que precisamos fazer. Se ele não é empregado, o que ele é? Pula CLT e pelo posicionamento do Ministério Público, o trabalhador de plataforma digital é um empregado, porque ele preenche os requisitos. Esse é um dos exemplos, mas nós temos muitas outras formas de trabalho, que é o terceirizado, quantizado, politizado. Tudo é, pelo menos, uma tentativa de precarizar porque, se vai para a CLT, tem que se cumprir regras. Hoje, seria para algumas pessoas, ter empregados sem regras seria uma ideia razoável. Agora, por que existe regra? Essa é a grande pergunta, porque se a gente destar sem regra, nós vamos voltar para o tempo do trabalho escravo. A CLT existe para não ter trabalho escravo, principalmente porque o trabalho subordinado é uma evolução do trabalho escravo, mas ele é realizado com limites. Por isso é

Eu acho que o mundo está vivendo uma inovação, as relações de trabalho mudam de forma muito rápida, principalmente com a chegada da informática, do surgimento das plataformas. Teve uma grande mudança nesse sentido e há uma polêmica muito grande com uma norma que existe há mais de 30 anos, que é a CLT

há uma ingerência estatal.

Para deixar claro para o leitor, quais são esses requisitos que caracterizam esse trabalhador como um empregado? Ronaldo Lira - A CLT fala o que é o empregado. Quando se pagar esse conceito, você encontra as situações, que é o trabalho mediante subordinação, assíduo e remunerado. A subordinação pode ser direta ou indireta porque temos uma nova forma que chamamos de subordinação estrutural. Mas o principal é que você trabalha, recebe e é assíduo. Há subordinação nesse sistema porque a pessoa depende da empresa para sobreviver.

Alvanari Tebet - Demanda aí muita discussão, porque há pessoas que entendem que não. Algumas pessoas que seriam os nossos tutelados entendem que não querem esse vínculo. Isso é o posicionamento nosso porque tem que ser assim, ele está amparado na lei. Mas esse é um posicionamento que deve ser pensado, discutido mudando a legislação?

Ronaldo Lira - Em especial, o trabalho em plataforma, como é um assunto polêmico, o que acontece: nós temos vários projetos de lei tramitando na Câmara Federal, está sendo debatido lá. Se vai aplicar a CLT ou não, é o Congresso nacional que irá regulamentar. A gente está fazendo essa análise superficial aqui falando de Brasil, mas no resto do mundo também é um assunto que tem sido judicializado e tem havido reconhecimento de vínculo de emprego. Isso é assunto mundial, porque também para o mundo é uma nova forma de trabalho. O trabalho de plataformas, aparentemente, é algo que veio para ficar, mas é preciso ter regulamentação aqui e no mundo.

Procuradores discutem a precarização do trabalho

Alvanari Tebet e Ronaldo Lira avaliam as novas condições laborais



Alvanari Tebet - Demanda aí muita discussão, porque há pessoas que entendem que não. Algumas pessoas que seriam os nossos tutelados entendem que não querem esse vínculo. Isso é o posicionamento nosso porque tem que ser assim, ele está amparado na lei. Mas esse é um posicionamento que deve ser pensado, discutido mudando a legislação?

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 4 e 5